

Saldo orçamental reflete bom momento da economia e rigor orçamental

A execução orçamental das Administrações Públicas (AP) no primeiro semestre, em contabilidade pública, registou um défice de 536 milhões de euros (ME), representando uma melhoria de 2 117 ME face a 2018, com um crescimento da receita de 7,2% e da despesa de 1,5%. A despesa primária cresceu 2,9%.

O saldo orçamental até junho encontra-se influenciado por efeitos que melhoram o saldo, mas que não têm impacto no apuramento em contas nacionais, na ordem dos 602ME (ver caixa).

Receita acompanha crescimento da atividade económica e do emprego

A receita fiscal cresceu 7,6%, com destaque para o aumento do IVA de 9,3%, do ISP em 11,2% e do IRS em 3,7%. Este crescimento ocorre apesar da redução da carga fiscal associada a vários impostos, como o IRS (pelo impacto da reforma do número de escalões), o IVA (pela diminuição da taxa de vários bens e serviços) e o ISP (pela redução da taxa aplicada à gasolina em 3 cêntimos). Este aumento é ainda influenciado pelo alargamento do prazo de pagamento de alguns impostos no final de 2018, que assim constituiu receita de 2019.

A dinâmica da receita é, assim, essencialmente justificada pelo bom desempenho da economia.

O comportamento positivo do mercado de trabalho é visível na evolução da receita das contribuições para a Segurança Social, que cresceram 8,6% até junho, também em resultado das alterações introduzidas no regime dos trabalhadores independentes.



Crescimento da despesa pública explicado por aumento nos salários, nas prestações sociais e no investimento público

A despesa primária cresceu 2,9%, influenciada pelo efeito do perfil mais acentuado de reforços no SNS para regularização de dívidas de anos anteriores assumido em 2018, quando comparado com o de 2019. Corrigido esse perfil, a despesa primária cresceria 3,2%, destacando-se o crescimento de 5,8% da despesa do SNS, atingindo máximos históricos.

A despesa com salários aumentou 4,3%, refletindo o descongelamento das carreiras, destacando-se o crescimento expressivo na despesa com professores (3,6%) e profissionais de saúde (5,4%), mais elevados do que nos restantes sectores da AP.

A evolução da despesa é também explicada pelo crescimento das prestações sociais (5,1%), em particular o forte aumento da despesa com a Prestação Social para a Inclusão (32,5%), do subsídio por doença (11,2%), do abono de família (10,1%) e da ação social (5,2%)

A despesa com pensões da Segurança Social cresceu 5,5%, refletindo o facto de a generalidade dos pensionistas ter aumentos nas pensões e de a grande maioria ter aumentos superiores à inflação, o que acontece pelo segundo ano consecutivo na última década. Acresce ainda o impacto dos dois aumentos extraordinários de pensões, ocorridos em agosto de 2018 e em janeiro de 2019.

Merece ainda referência o significativo crescimento do investimento público na Administração Central de 26%, excluindo PPP. Destaca-se o investimento no setor dos transportes (41%), sobretudo na CP (56%) e na Infraestruturas de Portugal (63%).



Pagamentos em atraso diminuem 317 ME principalmente pelo contributo da redução de 293 ME nos hospitais públicos

Os pagamentos em atraso reduziram-se acentuadamente em 317 ME face a igual período do ano anterior, explicados em grande medida pela diminuição de 293 ME nos Hospitais E.P.E., atingindo valores próximos do mínimo histórico.

CAIXA:

Registos em contabilidade pública sem impacto no saldo em contabilidade nacional

A execução do primeiro semestre encontra-se influenciada por registos que não têm impacto no saldo em contas nacionais e que o melhoram no valor de cerca de 759ME:

- O pagamento em 2018 de juros de *swaps*, que implica uma redução, em termos homólogos, de 306 ME;
- O alargamento do prazo de pagamento de impostos relativos a 2018, com um impacto positivo na receita de 291 ME (no ISP e no Imposto do Tabaco);
- O diferente perfil de pagamento de dívidas vencidas do SNS, com uma menor execução em 2019 no valor de 162 ME.

Em sentido inverso, a antecipação de duodécimos da contribuição financeira para a União Europeia prejudica o saldo de 2019 em 157 ME.

Lisboa, 25 de julho de 2019

Mónica Paredes

Miguel Pinto

Assessoria de Imprensa

Gabinete do Ministro das Finanças

Av. Infante D. Henrique, 1

1149-009 Lisboa, PORTUGAL

TEL + 351 21 881 68 61 / + 351 21 881 69 37

FAX + 351 21 881 68 19

www.portugal.gov.pt